



AÇÕES AFIRMATIVAS PARA POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL: UM BALANÇO SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELAS PÓS-GRADUAÇÕES

AFFIRMATIVE ACTIONS FOR INDIGENOUS PEOPLES IN THE LEGAL AMAZON: AN OVERVIEW OF THESES AND DISSERTATIONS PRODUCED BY POSTGRADUATE COURSES

Gabriel Silva Braga¹
Denise Machado Cardoso²

RESUMO

As ações afirmativas constituem um dos eixos mais importantes da universidade no contexto contemporâneo, uma vez que esta passa por constantes questionamentos acerca do caráter ao qual deve servir. Essa disputa é realizada, também, pelos movimentos sociais brasileiros, os quais foram responsáveis por provocar a implementação de cotas ainda no final do século XX. Dentre essas muitas personagens, os povos indígenas são protagonistas no que se refere à contraposição à normatividade acadêmica, ao provocar novas epistemologias como outras formas de compor teorias a serem discutidas dentro das universidades. A partir desse contexto, dão-se políticas públicas que garantiram o ingresso diferenciado em diversas instituições de ensino superior para os povos indígenas ao longo do século XXI, no entanto carecem de pesquisas sobre o andamento dessas iniciativas institucionais. Dessa maneira, essa pesquisa, em caráter inicial, propõe realizar levantamento bibliográfico acerca do que as pós-graduações da Amazônia Legal produziram até este momento sobre ações afirmativas para povos indígenas. Para tanto, utilizamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com as seguintes palavras-chave: “povos indígenas”, “ensino superior” e “ações afirmativas”. Foram encontradas 24 dissertações e 06 teses que se encaixaram no objetivo. De maneira criteriosa, selecionamos as obras que buscam um olhar que privilegie o contexto amazônico nas análises, o que reduziu para 08 dissertações e 01 tese. Dessa forma, foi possível observar a insuficiência de trabalhos que se dediquem a discutir sobre a temática das ações afirmativas no contexto amazônico, bem como o reflexo das ações tardias das universidades da região Norte – uma vez que foram as últimas a implementarem cotas antes da Lei Federal n. 12.711/2012.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Afirmativas. Povos Indígenas. Ensino Superior. Amazônia. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Affirmative actions are one of the most important axes of the university in the contemporary context, since it goes through constant questioning about the character to which it should serve. This dispute is also carried out by the Brazilian social movements, which were responsible for provoking the implementation of quotas at the end of the twentieth century. Among these many characters, indigenous peoples are protagonists in the opposition to academic normativity, by provoking new epistemologies as other forms of composing theories to be discussed within universities. From this context, public policies that have guaranteed differentiated entry into several higher education institutions for indigenous peoples throughout the 21st century are given, however, there is a lack of research on the

¹ Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Graduado em Ciências Sociais pela UFPA. Discente de Graduação em Direito na UFPA. E-mail: gabriel.braga@ifch.ufpa.br.

² Professora Associada na Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Mestra em Antropologia Social e Graduada em História pela UFPA. E-mail: denise@ufpa.br.



progress of these institutional initiatives. Thus, this research, in initial character, proposes to carry out a bibliographical survey about what the post-graduation courses of the Legal Amazon have produced so far on affirmative actions for indigenous peoples. For this purpose, we use the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, with the following keywords: "indigenous peoples", "higher education" and "affirmative actions". We found 24 dissertations and 06 theses that fit the objective. We carefully selected the works that seek a look that favors the Amazon context in the analysis, which reduced to 08 dissertations and 01 thesis. Thus, it was possible to observe the insufficiency of works that are dedicated to discuss on the theme of affirmative actions in the Amazon context, as well as the reflection of the backwardness of universities in the North - since they were the last to implement quotas before the Federal Law 12.711/2012.

KEYWORDS: Affirmative Actions. Indigenous peoples. Higher Education. Amazônia. Public Policies.

1 AÇÕES AFIRMATIVAS, BREVE HISTÓRICO DE DESAFIOS NA EDUCAÇÃO E SIMBOLOGIAS SOBRE A UNIVERSIDADE

A universidade mostra-se como um símbolo de possibilidades para melhores condições de vida, sob a perspectiva de grupos que nunca acessaram o ensino superior. No século XXI, as Instituições de Ensino Superior (IES) se postulam com um novo caráter de funcionalidade, não mais como manutenção de privilégios ou reduzidas às elites econômicas, mas, sim, como alvo de universalização do conhecimento e do ingresso, o que foi fundamental para que os movimentos sociais pressionassem as instituições públicas a iniciar discussões sobre reserva de vagas no contexto da educação brasileira.

Boaventura de Sousa Santos (2005) reforça que a universidade enfrentou um momento de crises acerca da própria concepção de existência, as quais versam sobre três quesitos: (a) Funções tradicionais que à universidade foram atribuídas; (b) Formação erudita de cultura, conhecimento e perpetuação do conhecimento científico aos moldes das elites econômicas pelas quais existiu uma preocupação relevante desde o período da Idade Média; (c) E, por fim, a geração de mão de obra para o produtivismo capitalista no que se refere aos conhecimentos instrumentais. Esses momentos enfrentados desencadearam uma crise de hegemonia, pela qual a universidade necessitou rever o papel que cumpria, uma vez que: deixou de ser a única detentora da produção científica; foi questionada quanto à legitimidade sobre os saberes especializados, visto que deixou de ser um espaço de restrições do conhecimento, e, também, perspectivas sociais (democratização do acesso e inclusão dos filhos e filhas de classes populares) entraram nessa disputa sobre quais rumos tomar. Ademais, reforçam-se os valores e os objetivos a serem adotados para a concepção de universidade moderna, considerando-se a produtividade de cunho capitalista e, ao mesmo tempo, a carência de



responsabilidade e retorno do que é feito dentro dos muros das IES para a população (Santos, 2005).

É significativo que, dentre esses aspectos relativos às crises enfrentadas, a função social das IES e o público que a acessa estejam em xeque, pois se trata de um eixo que abre um leque de discussões, seja sobre quais epistemologias estão ausentes, seja para quem existe retorno do que se produz dentro da universidade e de quem a produz. Não há como fugir do questionamento sobre quem é o público que, historicamente, está nas salas de aula das faculdades (tanto como estudantes, quanto como docentes), produzindo pesquisas, e quem é o objeto dessas pesquisas.

Essa contextualização, que resultou em mudanças significativas, também se insere nos enfrentamentos travados sobre a política de acesso à educação no Brasil. Nesse contexto, os movimentos negros foram essenciais para tensionar essas estruturas, iniciando o debate sobre políticas de ações afirmativas para a população negra, que, de acordo com Lélia Gonzalez (2020), estava longe das escolas e das faculdades. Até a segunda metade do século XX, o Brasil possuía uma discrepância gritante no perfil de quem conseguia estudar: a população branca era a grande maioria em todos os níveis de ensino, enquanto a população negra se restringia apenas ao ensino fundamental – havia pouca participação no ensino médio e nas universidades éramos quase inexistentes. “Os brancos tinham 1,6 vez mais oportunidades de completarem de cinco a oito anos de estudos, 2,5 vezes mais de completarem de nove a onze anos de estudos e seis vezes mais de completarem doze anos ou mais de estudos” (Gonzalez, 2020, p. 87). Ademais, a partir desse breve histórico, percebe-se a centralidade da educação nos debates dos movimentos negros e nas reivindicações apresentadas.

Outrossim, Gersem Baniwa (2019) apresenta discussões fundamentais acerca da educação escolar indígena e da importância do acesso como mecanismo estratégico para as lutas a serem travadas por essas populações ao longo da trajetória do movimento indígena. No que se refere ao ensino superior, Baniwa (2019) enfatiza que adentrar nas universidades é um ganho real, cujos benefícios perpassam pelo “campo da cidadania, da consciência histórica, do protagonismo e do empoderamento técnico, científico, político, econômico, cultural e autoestima cognitiva e moral” Baniwa (2019, p. 66). Outrossim, o autor reforça que a negação do ensino superior aos povos indígenas é uma demonstração de racismo, “exclusão e de condenação humana e sociopolítica” (Baniwa, 2019, p. 66), uma vez que marcaria incertezas no futuro dos povos indígenas – o que demonstra a centralidade desse espaço na disputa por direitos. Além disso, o ingresso desses povos levanta um questionamento fundamental sobre quais epistemologias são escolhidas para serem



lecionadas em salas de aula, pois os povos indígenas possuem diversas contribuições históricas para a academia.

A formação superior de indígenas reveste-se de importância estratégica também para a construção de espaços e experiências de convivência multicultural entre os povos indígenas e a sociedade nacional, capazes de garantir harmonia sociopolítica, levando-se em consideração a conformação recente do Brasil como um Estado pluriétnico e multicultural. Além disso, a presença indígena nas universidades pode e deve abrir possibilidades concretas para o diálogo intercientífico ou interespistemológico entre sistemas complexos de conhecimentos indígenas e científicos (Baniwa, 2019, p. 67).

Nesse sentido, Daniel Munduruku (2010) discorre acerca da importância do movimento indígena como educador, uma vez que a atuação conjunta do movimento indígena em diversos territórios do país foi responsável por aproximar os mais diversos povos existentes, a fim de articular atuações em prol de direitos. Esse formato de atuação possibilitou o contato com outros movimentos sociais, inclusive possibilitou a atuação com não indígenas e se estabeleceu relações de trocas e aprendizados entre diferentes concepções. Munduruku (2010) aponta esta movimentação, ocorrida no período da redemocratização, como essencial para colocar diversas lideranças e o próprio movimento indígena conhecido nacionalmente, de maneira autônoma, coordenada e formadora de novas figuras que assumiriam, futuramente, responsabilidades a partir dessas articulações.

Dessa maneira, é possível observar como as disputas pelo sentido do que deve ser a universidade são uma continuidade, uma disputa que está em andamento, uma vez que, quando se trata sobre essas políticas de reparação para grupos excluídos da educação, o tempo de implementação de ações discriminatórias positivas de inclusão é extremamente recente. As primeiras universidades são datadas do século XII, durante o período da Idade Média, e com finalidades que mudaram ao longo do tempo. As ações afirmativas começam a aparecer apenas no século XX, tendo a Índia como o primeiro país a adotar tais medidas em 1947, em que foram adotadas políticas de garantia de reserva de posições em concursos públicos, porém foram as discussões nos Estados Unidos que mais influenciaram o Brasil (Feres Júnior et al., 2018).

Em 1960, os norte-americanos adotaram políticas de “ação afirmativa”, em que este termo aparece pela primeira vez, embora não com o objetivo de discriminação positiva, porém com papel decisivo dos movimentos sociais estadunidenses ao exigir direitos civis, sobretudo os afro-americanos, pois as medidas adotadas visavam a contratação igualitária entre trabalhadores brancos e negros por empresas – e esse parâmetro se espalhou para outras relações de trabalho por empresas para realizar contratações (Feres Júnior et al., 2018).



Outrossim, vale ressaltar Feres Júnior et al. (2018) acerca do que se considera ação afirmativa, cujo autor compreende como “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas” (Feres Júnior *et al.* 2018, p. 13). Em consonância com os exemplos dos Estados Unidos e Índia, as ações afirmativas podem assumir distintas faces, que podem incluir educação ou trabalho. Importante lembrar que, no que se refere à educação, as ações afirmativas incluem reserva de vagas para grupos específicos ou adoção de política de caráter de permanência estudantil, dentre outras possibilidades.

2 DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E ACESSO ÀS UNIVERSIDADES

No primeiro tópico, debruçamo-nos sobre aspectos relevantes que marcam a necessidade da democratização da universidade e de como determinados grupos iniciaram discussões sobre ocupar esse espaço, a partir da pressão exercida pela auto-organização por meio de movimentos sociais que provocaram, publicamente, as instituições brasileiras para que outras possibilidades pudessem ser construídas. Destacar a atuação do movimento negro na conquista das cotas é essencial, porém, outros grupos foram encorajados no seio dessas mobilizações, tais como os povos indígenas. As lutas desses protagonistas para adentrar na universidade são o centro da discussão desse artigo.

Respaldado por essas percepções, nosso estudo se propõe a analisar um aspecto fundamental sobre as ações afirmativas: o que se tem produzido sobre essas políticas para povos indígenas na Amazônia Legal, a nível de pós-graduação. As dissertações e teses compõem estudos aprofundados e de suma importância à ciência brasileira, mas, antes de tudo, devem representar um retorno para os grupos com quem se pesquisa e para as melhorias das políticas públicas as quais se pretende estudar. Por isso, queremos saber o que se tem discutido nessas produções que versam sobre as ações afirmativas na região amazônica, quais os focos de estudo e abordagens propostas pelas autorias.

Nossa motivação parte de projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), o qual discute a primeira década de ações afirmativas na própria instituição – a política em questão começou em 2010 e



completou 10 anos em 2020. Atualmente, um dos nossos objetivos do mestrado é saber sobre os desdobramentos das cotas nas universidades da Amazônia, quais são os desafios da implementação e outros nessa linha de raciocínio.

Dessa maneira, os discursos dos povos indígenas que se debruçam, criticamente, sobre as universidades apontam a necessidade de refletir sobre a democratização desses espaços de poder, os quais ainda concentram determinado tipo de perfil acadêmico, o que se refere ao público que frequenta o ensino superior no Brasil. Historicamente, os povos indígenas demonstram resistências às ações de colonizadores que minam os saberes tradicionais e territórios, não apenas no âmbito do processo de formação socioeconômica do país, mas, também, na atualidade, de políticas de exclusão de direitos dessas populações.

Nesse sentido, Xakriabá (2020) coloca em discussão a necessidade de amansar o giz, como recurso utilizado por professores indígenas, no que se refere ao controle dos indígenas sobre a escola enquanto instituição, não o contrário. Célia Xakriabá (2020) reforça que os povos indígenas e os meios de partilha de conhecimento são anteriores à escola e à educação formal, de modo semelhante à caracterização da universidade. Dessa maneira, é estratégico para os povos indígenas o espaço que a universidade proporciona, não como apagamento aos próprios saberes, mas de afirmação das teorias dos povos indígenas, bem como de reconhecimento de quem são os detentores desses saberes ancestrais (Xakriabá, 2020).

Os entraves enfrentados por essas populações abarcam uma grande área de reivindicações fundamentais, as quais são garantidas por uma série de legislações que deveriam ser cumpridas para a promoção do bem-estar. No que se refere aos povos indígenas, enquanto portadores de direitos diferenciados em função das cosmologias particulares e das lutas travadas pelo movimento indígena organizado, que foi protagonista no processo de redemocratização do país, a Constituição brasileira garante a aplicação do ensino fundamental para os povos indígenas, respeitando a língua materna e os mecanismos particulares de aprendizagem de cada comunidade, de acordo com o artigo 210 (Brasil, 1988).

Consideramos necessário partir das garantias que existem pela legislação brasileira para compreender a urgência de políticas públicas para avaliar as medidas adotadas pelo Estado para cumprir o que está previsto pelas leis brasileiras. Em consonância com esses apontamentos, o debate sobre ensino superior para povos indígenas segue a mesma lógica de urgência: os cursos pleiteados pelos indígenas estudantes são respostas ao que a comunidade necessita e, para que possa ser realizada da maneira mais adequada, deve seguir as especificidades de cada povo, a partir



da perspectiva de uma educação que não seja apenas com os conhecimentos da ciência tradicional, mas que considere os saberes dessas populações durante o processo formativo no ensino superior.

A partir dessa garantia de leis para indígenas, foi possível ampliar as discussões específicas desses povos em leis estaduais e em cada contexto regional que fosse possível, a exemplo do caso do Paraná, o estado pioneiro na formulação de ações afirmativas para indígenas em 2001, com a lei 13.134 – a qual criou três vagas para cursos de graduação em universidades estaduais (Paulino, 2016). O autor elenca, ainda, a importância de um acesso diferenciado (no caso do Paraná, por lei estadual como alternativa a essa especificidade), de maneira a considerar outras possibilidades de ingresso no ensino superior, pois apenas o vestibular, que coloca concorrência entre estudantes da educação indígena e não indígena para as mesmas vagas, marca uma séria disparidade.

Outrossim, a partir do contexto de cada local do país, também se considera a implementação da lei 12.711/2012 para a discussão sobre as ações afirmativas, a qual instituiu vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas. Em 2023, houve uma atualização para a lei 14.723/2023, de 13 de novembro, em que, agora, pessoas quilombolas são consideradas para a reserva de vagas. Tanto a primeira lei, quanto a atualização, são marcos para o implemento de cotas nas instituições federais de ensino superior, como concretização de discussões que se iniciaram ainda no século XX e que ainda precisam de discussões permanentes sobre o acesso, permanência, conclusão e o perfil de quem está na universidade – sejam estudantes, sejam servidores.

No contexto da região amazônica, Jesus (2020) enfatiza que a movimentação nacional de luta dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos negros, ganhou influência em nosso contexto por meio da UFPA, que foi pioneira na Amazônia em 2005, seguida da Universidade Federal do Maranhão em 2006 e da Universidade Federal do Mato Grosso em 2008. Essas instituições mencionadas foram as únicas federais a adotar a reserva de vagas de maneira sistematizada antes da lei federal de 2012. Vale levar em consideração que o apontamento de Jesus (2020) revela que as nossas IES foram as últimas a terem cotas aprovadas.

3 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA AMAZÔNIA

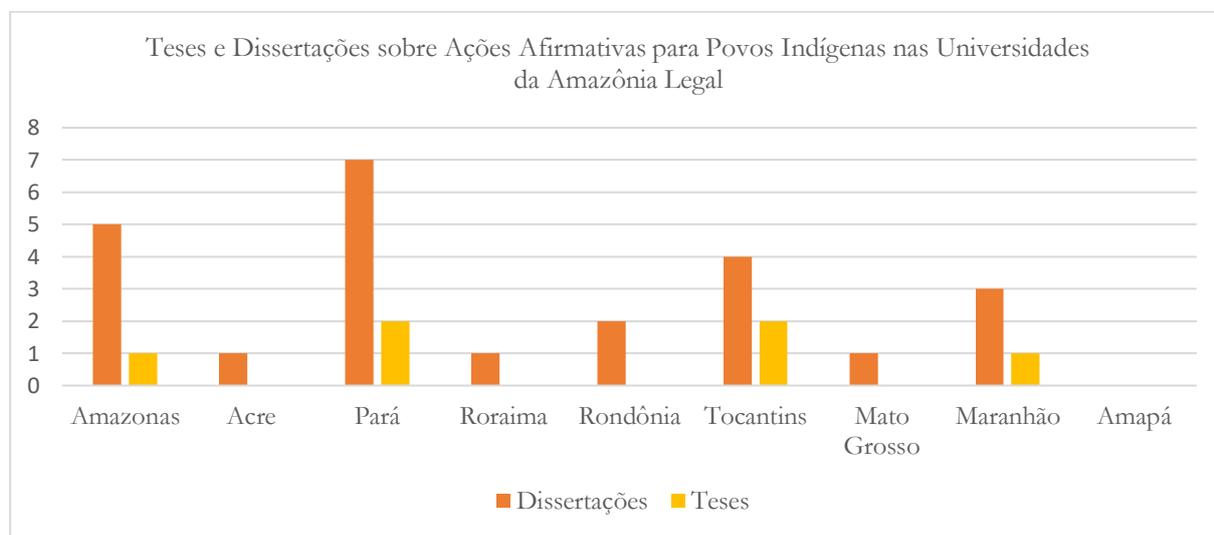
Neste tópico, trataremos das produções de pós-graduações, entre dissertações e teses, as quais abordam os debates das ações afirmativas nas instituições de ensino superior localizadas na Amazônia Legal, a saber os estados: Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Para encontrar os achados de pesquisa, utilizamos a plataforma



Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com as seguintes palavras-chave: “indígenas”, “ensino superior”, “ações afirmativas” e “políticas afirmativas”. Tendo em vista que as ciências humanas possuem diversidade de abordagens, em que nem sempre há literalidade na maneira de abordar determinados assuntos, também utilizamos cada estado mencionado como palavra-chave junto às outras, de maneira a conferir se não houve quaisquer perdas entre as seleções.

Nosso interesse de pesquisa versa sobre a compreensão das ações afirmativas na região amazônica, o que justifica o privilégio da análise para obras que buscam, também, este olhar diferenciado sobre a temática destinada, exclusivamente, aos povos indígenas neste primeiro momento. A priori, a seleção pretendida encontrou 30 produtos de pós-graduações que retratam a discussão sobre ações afirmativas para indígenas em alguma universidade da Amazônia Legal, dos quais constam 24 dissertações e 06 teses.

Figura 1: Teses e Dissertações sobre Ações Afirmativas para Povos Indígenas nas Universidades da Amazônia Legal



Fonte: Gráfico construído pelo autor e pela autora de acordo com dados da BDTD.

De acordo com a Figura 1, para o acúmulo de tempo sobre as cotas nas universidades, a quantidade de produções ainda é baixa. Apenas seis teses foram produzidas sobre ações afirmativas para povos indígenas na região. O gráfico acima também revela a demora que a Região Norte teve de se apresentar para a efetivação de cotas antes da lei federal em 2012, conforme mencionamos, o que acarreta também certa demora na produção de literatura em programas de pós-graduações.



Os dados da BDTD revelam que Acre, Roraima e Mato Grosso possuem apenas uma dissertação que aborda o tema proposto neste trabalho, enquanto o Amapá não possui nenhuma produção sequer sobre o tema. Por outro lado, o Pará confirma o protagonismo de ter sido o primeiro estado a tomar a frente das discussões sobre cotas a partir da UFPA, embora sete dissertações e duas teses sejam quantidades irrisórias pela diversidade que há de povos indígenas nas instituições do estado. Tocantins, Amazonas, Rondônia e Maranhão possuem um destaque relevante pela quantidade de produções já realizadas. No entanto, em um contexto geral, as produções que versam sobre ações afirmativas para povos indígenas na região ainda são baixas.

Neste momento, como este artigo reflete o início de um trabalho em andamento para a escrita da dissertação de mestrado, em que pretendemos escrever detalhadamente sobre as contribuições dessas outras autorias a respeito das universidades que focaram, o eixo das escolhas abaixo discorre sobre dissertações e teses que privilegiam análise do contexto geral da região amazônica.

Quadro 1: Obras que Abordam Ações Afirmativas para Indígenas no Ensino Superior no Contexto Amazônico

Nome	Título	Programa de Pós/IES	Ano	Tipo de Produção
Maria Edinalva Sousa De Lima	Formação Básica Indígena: O Impacto no Desempenho Acadêmico de Estudantes Ingressantes pelo Processo Seletivo Especial Indígena da UFOPA de 2014 a 2018	Mestrado em Ciências da Sociedade Instituição/UFOPA	2022	Dissertação
Terezinha do Socorro Lira Pereira	Os Indígenas e o Ensino Superior na Amazônia: Realidade e Perspectivas da Política de Ação Afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015)	Mestrado em Educação/UFOPA	2017	Dissertação
Fillipe Ferreira Da Costa	Pretos, Pardos e Indígenas nos Cursos de Graduação da UFAC: O Acesso a Partir da Vigência da Comissão de Heteroidentificação	Mestrado em Educação/UFAC	2024	Dissertação
Flavia Marinho Lisbôa	Língua como Linha de Força do Dispositivo Colonial: Os Gavião entre a Aldeia e a Universidade	Doutorado em Letras/UFPA	2019	Tese
Jhemerson da Silva e Neto	Fratutando Fissuras: Entre as Ações Afirmativas e a Presença de Estudantes Indígenas no Curso de Licenciatura em Matemática da UNIFESSPA/Marabá	Mestrado em Educação em Ciências em Matemática/UNIFESSPA	2022	Dissertação



Rita Floramar dos Santos Melo	A Universidade Federal do Amazonas e o Acesso dos Povos Indígenas ao Ensino Superior: Desafios da Construção de uma Política Institucional	Mestrado em Educação/UFAM	2008	Dissertação
Cícero Valdiêr Pereira	Política de Acesso e Permanência para Estudantes Indígenas na Universidade: Avaliação da Política de Cotas da Universidade Federal de Tocantins (UFT)	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas/UFC	2011	Dissertação
Derick Luan Ferro da Silva	Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará (Belém-PA): Uma Interface entre Territórios	Mestrado em Serviço Social/UFPA	2023	Dissertação
Marcineuza Santos de Jesus	Política de Cotas e Democratização do Ensino Superior: Desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas	Mestrado em Educação/UFAM	2020	Dissertação

Fonte: Quadro construído pelo autor e pela autora a partir de dados da BDTD.

O quadro 1 mostra oito dissertações e uma tese com o recorte para esta pesquisa, a qual foca em obras que privilegiam um olhar sobre o contexto amazônico para abordar as ações afirmativas. Acima, mencionamos que há 30 dissertações e teses que discutem sobre este tema para povos indígenas, entretanto nem todas focam em universidades localizadas em estados da Amazônia Legal ou apenas na região Norte do Brasil. Vale afirmar que muitas destas obras discutem o histórico geral das cotas no país e toda a influência do debate internacional para se pensar as iniciativas tomadas pelos movimentos sociais, com o objetivo de pressionar as instituições. Também há produções que versam sobre as ações afirmativas nas universidades dos estados em que estão escrevendo. Ademais, as selecionadas acima destacam em algum capítulo dos trabalhos de conclusão sobre o contexto amazônico ou da região Norte.

Nesse sentido, Lima (2022) apresenta um recorte semelhante ao da pesquisa proposta sobre universidades federais do Norte, em que a autora, metodologicamente, realiza um levantamento bibliográfico sobre o que se tem produzido nestas instituições a respeito da temática de ações afirmativas para indígenas estudantes e políticas de ações afirmativas. A autora reforça, a partir da metodologia proposta, que existem apenas poucos trabalhos (até o momento da escrita) sobre o ingresso desses estudantes em IES, através de ações afirmativas.

Outrossim, Pereira (2017) apresenta uma importante discussão sobre o contexto educacional e os desafios na Amazônia, ao elencar aspectos econômicos e interesses internacionais



sobre a região. A autora aponta projetos de degradação e exploração dos recursos naturais que ocorreram em diversos períodos distintos como exemplo da maneira como a região Norte é visualizada por agentes exteriores. Pereira (2017) aborda essa contextualização inserida com discussões sobre a educação indígena, para chegar ao objetivo da pesquisa.

Já em Costa (2024), nos é apresentada uma fundamental discussão a respeito das bancas de heteroidentificação nas universidades, cuja função é evitar fraudes em processos seletivos em vagas para estudantes cotistas. Dentre as muitas contribuições, o autor ressalta que as universidades do Norte foram as últimas a implementar essa metodologia complementar para ajudar na seleção de concorrentes. O autor realiza levantamento sobre as IES da região Norte que possuem bancas e como ocorreu a implementação.

Da mesma maneira, Lisbôa (2019) sintetiza o processo de criação das universidades na Amazônia, onde a autora considera não apenas os estados da região Norte, mas também Mato Grosso e Maranhão, porém realiza um retrospecto de como se deram as ações afirmativas nas universidades federais do Pará, a saber: UNIFESSPA, UFOPA, UFPA e UFRA. Por fim, a autora apresenta uma comparação interessante com o estado de Minas Gerais, o qual possui 11 universidades federais apenas em seu território, quase o mesmo número da região Norte.

Similarmente, Silva e Neto (2022) apresenta importantes dados estatísticos sobre os povos indígenas em todas as regiões do Brasil, tanto quantitativo populacional quanto número de estudantes. A pesquisa do autor ressalta as matrículas deste público divididas majoritariamente em instituições privadas de ensino (62%), federais (31%) e estaduais (7%). Os apontamentos de Silva e Neto (2022) revelam dados essenciais para nossa pesquisa, que também tratará, especificamente, sobre o estado do Pará: é o estado da região norte que concentra mais matrículas de indígenas em faculdades particulares.

Com as mesmas características, Melo (2008) contribui para o debate proposto neste artigo ao introduzir o Conselho de Professores Indígenas da Amazônia, em que se articulavam diversos docentes dos estados de Roraima, Amazonas e Acre, em consonância com o Movimento de Estudantes Indígenas do Amazonas. A autora reforça que esses movimentos foram essenciais para a articulação dos indígenas na região Norte e contribuíram para a formulação dos debates sobre o acesso ao ensino superior no começo do século XX.

Do mesmo modo, Pereira (2011) organiza um sistema semelhante ao que Lisbôa (2019) também propõe sobre o histórico das ações afirmativas. A diferença é que o autor seleciona, de maneira bem elucidativa, o histórico de quando começaram as cotas em todas as universidades do



Brasil, até o momento da pesquisa. O autor levanta dados de instituições estaduais e federais para considerar no estudo realizado. O quadro elaborado é de grande valia para quem pesquisa sobre o debate e precisa da contextualização nacional.

Nesse contexto, privilegiando um olhar sobre a Universidade Federal do Pará, Silva (2023) desenvolve aspectos referentes aos indígenas no contexto urbano das cidades da Amazônia e à maneira pela qual os indígenas estudantes se adaptam nas grandes cidades. Essa abordagem é relevante em função de muitos colegas optarem por estudar nas capitais, por demanda de mais cursos, principalmente. No entanto, a partir do momento dessa escolha, inicia-se uma trajetória que intercala a vida na aldeia e a vida na cidade.

Ademais, conforme mencionada acima, Jesus (2020) aborda os pioneirismos das universidades federais na construção das políticas de ações afirmativas na região amazônica, como a UFPA, UFMA e UFMT. Passo a passo, a autora avalia o histórico de como cada uma dessas instituições desenvolveu a discussão sobre as cotas antes da instituição da Lei Federal 12.711/2012. Contudo, Jesus (2020) não se limita a tratar apenas destas três IES, mas também aborda como as demais federais da região amazônica se portaram frente à aplicação da lei de cotas.

Nesse contexto, as dissertações e a tese citadas no levantamento bibliográfico foram essenciais para compreender o contexto amazônico no que se refere ao debate sobre as ações afirmativas para os povos indígenas. De alguma maneira, tratam sobre o histórico de como se deu o processo em instituições importantes, como a UFAM, UFT, UFPA e UFOPA (as que possuem mais trabalhos produzidos). É importante ressaltar que todas as obras se encontram no contexto das políticas públicas como eixo central da formação dos cursos de mestrado e doutorado das autoras e dos autores, em que existe uma tendência para os programas de pós-graduação em educação – não apenas nos selecionados neste texto, mas também nas outras produções que serão analisadas posteriormente.

A partir da leitura atenta das obras selecionadas, vale ressaltar alguns impactos causados pela ausência de estudos. Como se trata de uma política pública com necessidade de avaliações constantes, a falta de dissertações e teses nessa temática colabora para a falta de aprimoramento em possíveis lacunas. Temas como o racismo estrutural enfrentado por indígenas estudantes, as dificuldades de acesso a auxílios disponibilizados pelas IES em função da burocracia institucional, a saudade de casa e dos amigos são temas de estudos que devem ser realizados para tentar chegar a caminhos para superação desta problemática. As consequências desse apagamento epistêmico e da baixa produtividade acadêmica resultam em escassez de elementos para análise sobre o porquê



de esta política pública não atingir todos os objetivos propostos ou evitar a evasão de indígenas estudantes.

Também vale observar que, conforme apontado por Jesus (2020), as ações afirmativas na Amazônia Legal são recentes, ou seja, necessitam de maior tempo para análises bem fundamentadas, o que pode ser uma das justificativas para a baixa produção de dissertações e teses. Outrossim, a baixa produtividade, inclusive de indígenas que escrevem sobre as próprias vivências, é um apontamento importante, pois os protagonistas ainda possuem acesso limitado aos programas de pós-graduação, o que é um diferencial para que a história, os desafios, as conquistas sejam contados pelos próprios protagonistas. Vale ressaltar, por fim, a necessidade do compromisso dos programas com as políticas públicas para indígenas nas IES para que novas pesquisas possam ser estimuladas, a fim de suprir essa lacuna existente nas universidades, visto que os povos indígenas crescem anualmente em número de estudantes matriculados e carecem de estudos para aprimorar as políticas públicas destinadas a este público.

Como este artigo é escrito por pessoas com formação em Antropologia, evidenciamos que há produtos dos programas de pós-graduações que são de indígenas estudantes, para falar das próprias realidades inseridas no contexto do ensino superior, e de estudantes não indígenas, os quais realizam parcerias com os colegas indígenas na realização dos trabalhos ou com associações organizadas. A antropologia contemporânea se preocupa com a riqueza de detalhes e com autoria marcada pelo protagonismo de interlocutores, o que, frequentemente, valoriza as vozes e as histórias dos grupos com quem realizamos pesquisas.

4 ALGUNS REGISTROS SIGNIFICATIVOS A PARTIR DESSE ESTUDO

Nosso objetivo com este estudo foi apresentar de que maneira os programas de pós-graduações estão discutindo sobre as ações afirmativas destinadas aos povos indígenas no contexto do ensino superior. Embora a discussão seja recente, do meio do século XX até os dias atuais (uma vez que é inevitável compreender que ainda há muito o que se avançar acerca dessa temática, para quaisquer grupos que ingressem na universidade por meio de ações afirmativas), a universidade está atrasada no envolvimento da garantia de acesso de perfis diferentes ao ensino superior.

Conforme percebemos, existem diversas dimensões sobre a importância da universidade enquanto instituição que está em disputa constantemente, sobretudo quando é questionada sobre a funcionalidade e para que servirá – e esta pressão ocorre tanto por parte das grandes elites, que sempre dominaram esse espaço, quanto das classes populares e movimentos sociais organizados,



os quais disputam os sentidos da instituição. Nesse contexto, a simbologia das IES também abarca dimensões que podem congregam espaços estratégicos, para que grupos possam se apropriar desses conhecimentos em prol de direitos, como o movimento indígena aponta esse sentido sobre a educação para garantia e efetivação do que as leis os protegem. Outrossim, de acordo com o sentido popular, a exemplo do que ocorre no Pará, ingressar na universidade é sinônimo de comemoração e alegria partilhada com amigos e com o núcleo familiar. Afinal, para famílias que nunca acessaram esse espaço, saber que a aprovação no vestibular ocorreu é motivo de festa.

Como maneira de sensibilizar acerca da importância da universidade, reafirmamos como as ações afirmativas no ensino superior são compreendidas como objetos de pesquisas para a construção e a afirmação de direitos básicos. Por esse motivo, é essencial que sejam produzidas literaturas a respeito de como essas políticas públicas são construídas com e para indígenas. Conforme foi possível observar por meio da bibliografia selecionada, a região amazônica ainda carece de estudos sobre essa temática. O levantamento realizado converge com nosso interesse de pesquisa de privilegiar olhares sobre como essas políticas se dão nas universidades dos estados da Amazônia Legal, a qual, infelizmente, foi a última a discutir a implementação de cotas antes da Lei Federal 12.711/2012.

Por fim, é necessário fomentar novas bibliografias para compreender, aprofundar e aperfeiçoar a maneira como ocorre o ingresso de indígenas estudantes, a permanência e possíveis assuntos que se destringem dessa discussão. Vale ressaltar, em conformidade com a figura deste artigo, a ausência ou insuficiência de produções encontradas em alguns estados da nossa região, como no Amapá. Este dado revela que não basta apenas o esforço de intelectuais da região Norte, mas os achados de pesquisa apontam para insuficiência de investimentos públicos nas IES da Amazônia, mesmo sendo fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas na região.

Esses são alguns interesses de pesquisa que estão sendo trabalhados na escrita da dissertação e que nos propomos a aprofundar a discussão, de caráter inicial, apresentada neste artigo em artigos futuros, com foco em contribuir para as ações afirmativas na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

COSTA, Fillipe Ferreira da. **Pretos, pardos e indígenas nos cursos de graduação da UFAC: o acesso a partir da vigência da comissão de heteroidentificação**. 2024. 181 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio Branco, 2024.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L.A.; DAFLON, V.T.; VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, Maria Edinalva Sousa de. **Formação básica indígena: o impacto no desempenho acadêmico de estudantes ingressantes pelo processo seletivo especial indígena da Ufopa de 2014 a 2018**. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação tecnológica, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade, Santarém, 2022.

LISBÔA, Flávia Marinho. **Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade**. 2019. 277 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

JESUS, Marcineuza Santos de. **Política de cotas e democratização do ensino superior: desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

MELO, Rita Floramar dos Santos. **A universidade federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional**. 2008. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

(MUNDURUKU) COSTA, Daniel Monteiro. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PAULINO, Marcos Moreira. Mais de uma década da primeira política de ação afirmativa para povos indígenas: novos elementos para debate. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). **A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas**. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

PEREIRA, Cícero Valdiêr. **Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.



PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira. **Os indígenas e o ensino superior na Amazônia:** realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010 – 2015). 2017. 249 f. Dissertação (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p.

SILVA, Derick Luan Ferro da. **Indígenas estudantes na Universidade Federal do Pará (Belém-PA):** uma interface entre territórios. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2023.

SILVA E NETO, Jhemerson da. **Fratutando fissuras: entre as ações afirmativas e a presença de estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Matemática da UNIFESSPA/Marabá.** 2022. 191 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Marabá, 2022.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020.

Enviado em: 31/12/2024

Aceito em: 18/06/2025